



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010

RENÚNCIA |

Namorada de juiz retira denúncia no TJ

RETRATAÇÃO DEVE RESULTAR NO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO EM QUE CARLOS REMÍGIO FOI ACUSADO DE AGRESSÃO CONTRA CLÁUDIA GRANJEIRO

FELIPE FARIAS
Repórter

A retratação de Cláudia Granjeiro, que estava com o juiz José Carlos Remígio, no dia em que foi preso, renunciando à representação que fez contra o magistrado, deve resultar no arquivamento do processo em que foi acusado de agressão, com base na Lei Maria da Penha. A avaliação foi feita ontem pelo presidente em exercício da Associação dos Magistrados Alagoanos (Almagis), Pedro Ivens Simões de França.

Para ele, a mesma atitude é motivo ainda para que seja revogada a prisão de Remígio, que se encontra recolhido a um alojamento do quartel do Corpo de Bombeiros, no bairro do Trapiche.

O juiz teve sua prisão preventiva decretada no dia 25 de dezembro, pela presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Elisabeth Carvalho. Na segunda-feira seguinte, o advogado do magistrado, Fernando Maciel, entrou com pedido de liberdade provisória mediante fiança, mas, na última quinta-feira, 31, após analisar o pedido, a desembargadora decidiu negar a liberação, mantendo Remígio preso.

A reportagem da **Gazeta** tentou ouvir o advogado Fernando Maciel sobre o caso, mas ele não foi localizado.

“É certo que a própria Lei Maria da Penha estabelece que esse requerimento teria de ser apresentado [por Cláudia Granjeiro] diretamente à autoridade – no caso, à desembargadora Elisabeth Carvalho. Mas, consideramos que só o fato de existir a assinatura dela num requerimento renunciando à representação contra o juiz – e ela estar formalizando essa renúncia – já seria motivo bastante para a revogação da prisão dele”, disse o presidente da Almagis.

Pedro Ivens lembrou ainda que a briga em que se envolveram Remígio e Cláudia Granjeiro deve ser enquadrada como lesão corporal de natureza leve, “como já foi comprovado, por meio do laudo dos exames de corpo de delito”.

Neste caso, só poderia haver processo contra um acusado se houvesse representação (denúncia oficial) por parte da vítima. Como ela está agora se retratando, não há processo. Por isso, a consequência mais provável da decisão da companheira do juiz é o arquivamento do caso.

PRISÃO

O juiz José Carlos Remígio foi abordado por uma guarnição da PM que passava em frente a uma boate situada no trecho da rodovia AL-101-Norte, entre os bairros de Cruz das Almas e Jacareica. Os militares estranharam a agitação dentro da caminhonete onde estavam o juiz e a namorada.

Preso em flagrante acusado de agressão, ele foi levado ao Tribunal de Justiça, à presença da desembargadora Elisabeth Carvalho, a quem prestou depoimento e que decretou sua prisão preventiva, com base na Lei Maria da Penha e nas afrontas à conduta de magistrado.

Com a negação do pedido de liberdade provisória, ao advogado de Remígio caberia entrar com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, ou com *habeas-corpus*, ainda no Tribunal de Justiça de Alagoas. O recurso seria contra a decisão da desembargadora Elisabeth Carvalho; o *habeas-corpus* é o mecanismo jurídico usado no caso de quem avalia ter tido sua liberdade cerceada.

Como a acusação de lesão corporal permite liberação mediante pagamento de fiança – e esta foi negada – estaria aí configura-

da situação que permitiria a impetração do *habeas-corpus*.

Segundo a Almagis, a defesa de Remígio entrou com *habeas-corpus* antes mesmo da decisão da presidente do TJ.

Entretanto, o arquivamento do caso e a liberação do juiz não excluiriam o procedimento administrativo, interno, no âmbito do Tribunal de Justiça, que apura irregularidades no seu comportamento no episódio, incompatíveis com o exercício do cargo de juiz.

Essa apuração deve ser realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, órgão do tribunal que fiscaliza a atuação de outros órgãos e dos integrantes do Poder Judiciário em Alagoas.

“Desde o começo, a Almagis tem acompanhado o caso. Eu estive presente no momento em que transcorriam os depoimentos, no dia do episódio, e temos acompanhado todos os desdobramentos”, diz Pedro Ivens.

Mas, ele fez uma ressalva: esse acompanhamento se restringe à condição de Remígio como juiz de Direito: “Verificamos se as providências adotadas se atêm ao que prevê a Lei Orgânica da Magistratura, se foram respeitadas as prerrogativas de alguém que detém o cargo de juiz de Direito. Não estamos nos atendo à pessoa de José Carlos Remígio”.

A ressalva foi feita a propósito de o juiz ter como seu representante legal o advogado que atua para a associação. “Nesse caso, ele está funcionando como advogado constituído individualmente por José Carlos Remígio”, explicou Pedro Ivens.

Página A2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010



Juiz José Carlos Remígio foi preso no dia 25 de dezembro acusado de agredir a namorada Cláudia Granjeiro em frente a uma boate entre Cruz das Almas e Jacarecica

Página A2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

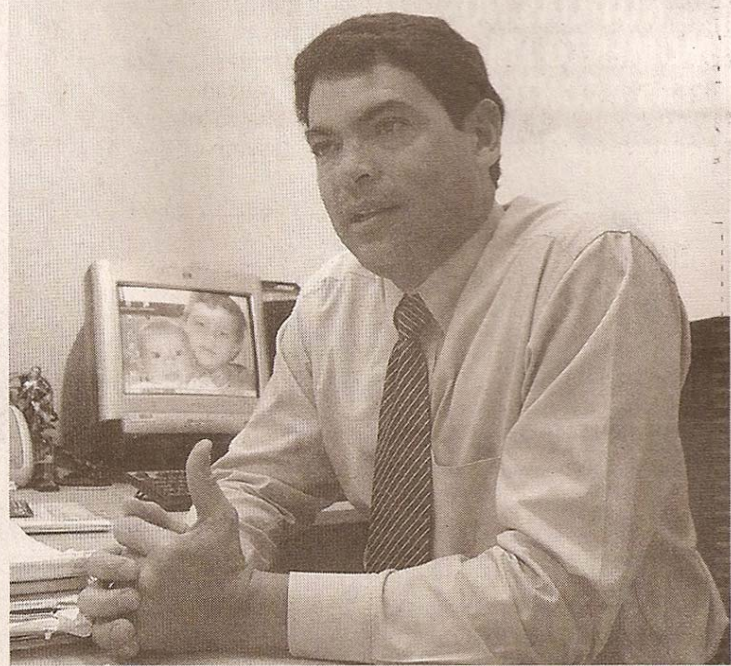
Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010

FRASE

“O fato de existir a assinatura dela num requerimento renunciando à representação contra o juiz – e ela estar formalizando essa renúncia – já seria motivo bastante para a revogação da prisão dele”

Pedro Ivens Simões
Presidente em exercício da Associação dos Magistrados Alagoanos



Página A2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010

APÓS RECESSO |

TJ inicia ano escolhendo desembargador

EM ABERTO DESDE MARÇO DO ANO PASSADO, CARGO DEVE SER DEFINIDO NA SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 12; CONCURSO PARA JUIZ CHEGA AO FIM

DAVI SOARES
Repórter

Além da busca por providências urgentes para a demora na definição de seu duodécimo para 2010, o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) deverá priorizar a escolha do nome de quem substituirá o desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira – aposentado desde março de 2009 –, a partir do retorno do recesso forense, na próxima semana. Segundo a presidente do TJ, desembargadora Elisabeth Carvalho, a promoção do novo desembargador deverá ser definida na segunda reunião do Pleno de 2010.

“Vamos definir esta situação até a sessão do Pleno do dia 12, quando estaremos escolhendo quem assumirá a vaga”, garantiu Elisabeth Carvalho.

O edital para a escolha do novo nome para ocupar o cargo por merecimento foi lançado em 17 de agosto do ano passado e registrou a inscrição de onze juízes.

O processo foi iniciado em meio a informações que apontavam o favoritismo da juíza da 27ª Vara Cível da Capital, Maria Catarina Ramalho de Moraes, irmã do desembargador Mário Casado Ramalho. Ela disputa com os juízes Edvaldo Bandeira Rios, da 6ª Vara Cível da Capital; José Afrânio dos Santos Oliveira, da 7ª Vara Cível da Capital; Klever Rêgo Loureiro, da 17ª Vara Cível da Capital; Orlando Rocha Filho, da 3ª Vara da Comarca de Arapiraca; Paulo Zacarias da Silva, do Juizado de Violência Doméstica, Familiar e contra a Mulher; Denise Lima Calheiros, do 6º Juizado Especial Cível e Criminal; Maria da Graça Marques Gurgel, da 2ª Vara Criminal da Capital; Celyrio Adamastor Accioly, do 3º Juizado Especial Cível e Criminal; Paulo Barros Lima, da 12ª vara Criminal da Capital, e Ana Florinda Dantas, da 22ª Vara Cível da Capital.

Em outubro, a Associação dos Servidores da Justiça de Alagoas (Aserjus) ingressou com um pedido de liminar para a suspensão do processo, por meio do reconhecimento de que apenas quatro das onze inscrições dos magistrados estariam aptas a permanecer na disputa. A entidade alegou que sete candidatos não teriam concluído o curso da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) realizado em 2008. A conclusão do curso é condição exigida pela Resolução número 02/2007 da Enfam para a participação no processo.

Ao se comparar a lista de juízes inscritos para disputar o cargo e a lista de aprovados no curso

da Enfam de 2008 – constante na ação judicial –, somente os nomes dos juízes Edvaldo Bandeira Rios, José Afrânio dos Santos Oliveira, Klever Rêgo Loureiro e Orlando Rocha Filho aparecem nas duas listas.

A Aserjus levanta suspeitas de que o TJ teria demorado cerca de cinco meses para lançar o edital para “dar tempo para que alguns candidatos concluíssem o curso da Enfam de 2009, e dar a conotação equivocada de que preencham os requisitos”.

À época da contestação, o desembargador José Carlos Malta Marques, corregedor-geral de Justiça, garantiu que a análise da documentação não se afastaria da exigência do curso, porque os candidatos que estivessem inaptos seriam naturalmente excluídos em etapas futuras do processo.

Ele explicou que a alegada demora de cinco meses para o lançamento do edital do certame existiu por conta de claros existentes na Terceira Entrância, causados pela promoção dos quatro juízes que se tornaram desembargador no início

de 2009. O Tribunal teria passado cinco meses fazendo as remoções e promoções para a Terceira Entrância para que pudesse haver o certame.

JUIZES SUBSTITUTOS

Uma outra pendência que rompeu sua segunda virada de ano foi o concurso para a contratação de 20 novos juízes pelo TJ. Com edital de abertura lançado desde agosto de 2008, depois de sofrer atrasos por conta de diversas ações judiciais, o concurso deverá ter divulgado o resultado de sua penúltima fase de provas da próxima quarta-feira (6). No dia 13 de dezembro do ano passado, cerca de 80 candidatos participaram das provas práticas de sentença cível e de sentença penal.

“O concurso agora segue normalmente e sua próxima e última fase será o curso que eles têm de participar na Esmal [Escola de Magistratura de Alagoas], cujo resultado é eliminatório. Depois disso, nos restará apenas nomear os aprovados”, disse Elisabeth Carvalho.

O TJ é a primeira esfera do Judiciário que atua em Alagoas a retomar as atividades, suspensas desde o dia 20 de dezembro do ano passado. A abertura dos trabalhos deste ano acontece na próxima segunda-feira (4), com a apresentação do relatório de gestão do TJ em 2009, em reunião plenária. No dia seguinte, o Pleno se reúne para cumprir a primeira pauta de julgamento de processos do ano.

A desembargadora Elisabeth Carvalho afirmou ainda que acredita na conclusão de outra pendência que teve prazo prorrogado de dezembro para fevereiro: a Meta 2 – a proposta de julgar processo que ingressaram no Judiciário antes de 31 de dezembro de 2005.

“Temos mais tempo de realizar mais mutirões. E neste retorno aos trabalhos, vamos fazer um levantamento e uma programação para garantir o cumprimento da meta ainda em janeiro ou fevereiro. Algumas varas já estão cumprindo a meta. Nossa dificuldade continua em duas varas cíveis da capital, mas vamos ver se a coisa anda”, disse a presidente do TJ.

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010



Tribunal de Justiça de Alagoas reabre trabalhos na próxima segunda-feira (4), com a apresentação do relatório de gestão do TJ em 2009, feita pela desembargadora Elisabeth Carvalho, durante reunião plenária; no dia seguinte, Pleno se reúne para cumprir a primeira pauta de julgamento de processos do ano

Página A3



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 02 de Janeiro de 2010

Namorada agredida por juiz retira a acusação

A advogada Cláudia Granjeiro, agredida pelo namorado, o juiz José Carlos Remígio, retirou ontem a representação que fez contra o magistrado. Agora, Remígio pode ter a prisão revogada. **A2**

CAPA